

**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Valores expressos em milhares de Reais)

<b>A T I V O</b>				<b>P A S S I V O</b>			
	<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>		<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	96.022	84.843	Fornecedores	17	54.543	84.938
Aplicações Financeiras	7	52.702	52.611	Empréstimos e financiamentos	18 e 34	1.418	1.231
Contas a receber de clientes	8	33.002	61.893	Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		11.785	9.992
Contas a receber de parte relacionadas	8	76	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		284	-
Estoques	9	1.581	1.732	Contas a pagar a parte relacionadas		-	23
Tributos a recuperar	10	14.616	14.088	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22	8.871	6.891
Créditos nas operações de aquisição de gás	11	5.254	106	Participações no Resultado a Pagar		2.264	1.535
Despesas antecipadas	12	469	714	Débitos nas operações de venda de gás	19	10.640	6.029
Antecipação férias/Cheques em Cobrança		-	126	Provisão para contingências	21	-	266
Outros Créditos		307	-	Cauções/Valores em Controvérsia/Subvenções		393	321
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>204.029</b>	<b>216.113</b>	<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>90.198</b>	<b>111.226</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes	8	22.873	22.914	Empréstimos e financiamentos	18 e 34	28.629	29.497
Contas a receber de parte relacionadas	8	39	-	Débitos nas operações de venda de gás	19 e 34	23.477	23.357
Tributos diferidos	10	-	4.492	Provisão para contingências	21	335	13.294
Depósitos Judiciais	13	14.373	14.169	Subvenções/Participação Financeira		1.449	1.516
Créditos nas operações de aquisição de gás	11	6.241	-	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>53.890</b>	<b>67.664</b>
Depósito Reinvestimento	14	3.907	3.842	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>144.088</b>	<b>178.890</b>
Investimentos		1	1	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado	15	10.986	12.800	Capital Social	23	187.177	176.877
Intangível	16	171.308	156.312	Reserva de Lucro	30	54.067	47.344
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>229.728</b>	<b>214.530</b>	Dividendos Adicionais Propostos	22	48.425	27.532
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>433.757</b>	<b>430.643</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>289.669</b>	<b>251.753</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>433.757</b>	<b>430.643</b>

(As Notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DocuSigned by:

*Miguel Antonio Cedraz Nery*

Miguel Antonio Cedraz Nery

Diretor-Presidente

DocuSigned by:

*Gustav Souza Costa*

Gustav Souza Costa

Diretor Técnico e Comercial

DocuSigned by:

*Leandro Petsold dos Santos Araújo*

Leandro Petsold dos Santos Araújo

Diretor Administrativo e Financeiro

DocuSigned by:

*Mardônio Barbosa da Silva*

Mardônio Barbosa da Silva

Contador CRC-CE 19.178/O-8



**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>RECEITA LÍQUIDA - VENDA DE GÁS E SERVIÇOS</b>	24	<u>576.589</u>	<u>652.669</u>
<b>RECEITA DE CONSTRUÇÃO</b>	24	<u>38.533</u>	<u>26.030</u>
<b>CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	25	<u>(494.307)</u>	<u>(591.329)</u>
<b>CUSTO DE CONSTRUÇÃO</b>	25	<u>(38.533)</u>	<u>(26.030)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<u>82.282</u>	<u>61.340</u>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<u>4.932</u>	<u>(7.321)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	26	(39.107)	(36.200)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	27	44.039	28.879
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<u>87.214</u>	<u>54.019</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	28	<u>18.440</u>	<u>17.287</u>
Receitas Financeiras		19.739	20.057
Despesas Financeiras		(1.299)	(2.770)
<b>LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL</b>		<u>105.654</u>	<u>71.306</u>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	29	<u>(31.193)</u>	<u>(20.086)</u>
Correntes		(26.701)	(20.417)
Diferidos		(4.492)	331
<b>INCENTIVO FISCAL DE REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA</b>		<u>15.664</u>	<u>11.697</u>
Incentivos Fiscais		15.664	11.697
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<u>90.125</u>	<u>62.916</u>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	31	2,29	1,60

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DocuSigned by:  
  
 37CBB121D5D94F5  
**Miguel Antonio Cedraz Nery**  
 Diretor-Presidente

DocuSigned by:  
  
 687B9A5E568A17  
**Gustavo Souza Costa**  
 Diretor Técnico e Comercial

DocuSigned by:  
  
 8E5C9CCEB8F74E3  
**Leandro Petsold dos Santos Araújo**  
 Diretor Administrativo e Financeiro

DocuSigned by:  
  
 232A...  
**Mardenio Barbosa da Silva**  
 Contador CRC-CE 19.178/O-8

**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<u>90.125</u>	<u>62.916</u>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>		<u>90.125</u>	<u>62.916</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DocuSigned by:

*Miguel Antonio Cedraz Nery*

37CBB121D5D64F5...

Miguel Antonio Cedraz Nery

Diretor-Presidente

DocuSigned by:

*Gustav Souza Costa*

687B687F5662417...

Gustav Souza Costa

Diretor Técnico e Comercial

DocuSigned by:

*Leandro Petsold dos Santos Araújo*

8E5C9CE948FF4E3...

Leandro Petsold dos Santos Araújo

Diretor Administrativo e Financeiro

DocuSigned by:

*Mardônio Barbosa da Silva*

23208ABACBAE4B4...

Mardônio Barbosa da Silva

Contador CRC-CE 19.178/O-8



**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
			LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS			
<b>SALDOS EM 31/DEZ/21</b>		<b>161.299</b>	<b>32.260</b>	<b>16.397</b>	<b>43.687</b>	<b>-</b>	<b>253.643</b>
Dividendos adicionais aprovados	22				(43.687)		(43.687)
<b>Aumento de Capital</b>							
Com reservas de lucros	23	15.577		(15.577)			-
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	31	-	-	-	-	62.916	62.916
<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício:</b>	22						-
Constituição de reserva legal			3.115			(3.115)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal				11.150		(11.150)	-
Dividendos mínimos obrigatórios						(6.891)	(6.891)
Dividendos adicionais propostos					27.532	(27.532)	-
Juros sobre o capital próprio						(14.228)	(14.228)
							-
<b>SALDOS EM 31/DEZ/22</b>		<b>176.876</b>	<b>35.375</b>	<b>11.970</b>	<b>27.532</b>	<b>-</b>	<b>251.753</b>
Dividendos adicionais aprovados	22				(27.532)		(27.532)
<b>Aumento de Capital</b>							
Com reservas de lucros	23	10.300		(10.300)			-
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	31	-				90.125	90.125
<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício:</b>	22						-
Constituição de reserva legal			2.060		-	2.060	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal				14.963	-	14.963	-
Dividendos mínimos obrigatórios					-	8.871	(8.871)
Dividendos adicionais propostos					48.425	-	-
Juros sobre o capital próprio					-	15.806	(15.806)
							-
<b>SALDOS EM 31/DEZ/23</b>		<b>187.176</b>	<b>37.435</b>	<b>16.633</b>	<b>48.425</b>	<b>-</b>	<b>289.669</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DocuSigned by:  
  
37CBB121D5D64F5...  
Miguel Antonio Cedraz Nery  
Diretor-Presidente

DocuSigned by:  
  
6879487F5265417...  
Gustavo Souza Costa  
Diretor Técnico e Comercial

DocuSigned by:  
  
6E5C9CE948FF4E3...  
Leandro Petsold dos Santos Araújo  
Diretor Administrativo e Financeiro

DocuSigned by:  
  
23208...  
Mardônio Barbosa da Silva  
Contador CRC-CE 19.178/O-8



**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro Antes do IRPJ e CSLL		<b>105.654</b>	<b>71.305</b>
Custo na Venda de Intangível		38	13
Transferências para manutenção do Intangível		8	(0)
Depreciações e amortizações		25.712	23.770
Reversão efeito IFRS 16 / CPC 06 Arrendamento		(1.035)	(871)
Lucro Ajustado		<b>130.377</b>	<b>94.217</b>
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais		<b>16.838</b>	<b>(69.507)</b>
Contas a receber de clientes e outras		28.882	(7.291)
Estoques		151	(494)
Impostos a recuperar		(648)	(8.123)
Creditos nas operações de venda e aq. Gas		(11.636)	649
Aplicações Financeiras		(91)	(52.611)
Despesas Antecipadas		245	(347)
Outros ativos		(65)	(1.290)
(Redução) / Aumento de Passivos		<b>(47.070)</b>	<b>(4.578)</b>
Fornecedores		(30.418)	893
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar		1.793	(68)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	29	(10.753)	(8.720)
Participações no Resultado a Pagar		730	(2.286)
Adiantamentos de Clientes		4.731	3.050
Provisão para Contingências	21	(13.216)	1.017
Outros Passivos		63	1.536
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>100.145</b>	<b>20.131</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisição de intangível		(38.533)	(26.030)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(38.533)</b>	<b>(26.030)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	22	(34.423)	(53.538)
Juros capital próprio pagos	22	(15.806)	(14.228)
Depósitos Judiciais		(204)	62.182
Financiamentos		-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(50.433)</b>	<b>(5.584)</b>
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>11.179</b>	<b>(11.484)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		84.843	96.327
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	96.022	84.843

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DocuSigned by:

*Miguel Antonio Cedraz Nery*  
 Miguel Antonio Cedraz Nery  
 Diretor-Presidente

DocuSigned by:

*Gustav Souza Costa*  
 Gustav Souza Costa  
 Diretor Técnico e Comercial

DocuSigned by:

*Leandro Petsold dos Santos Araújo*  
 Leandro Petsold dos Santos Araújo  
 Diretor Administrativo e Financeiro

DocuSigned by:

*Mardônio Barbosa da Silva*  
 Mardônio Barbosa da Silva  
 Contador CRC-CE 19.178/O-8



**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>1- RECEITAS</b>	<b>816.473</b>	<b>928.684</b>
1.1) Vendas de Produtos e Serviços	765.774	893.801
1.2) Outras Receitas	50.998	34.950
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
1.3) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa – Reversão/(Constituição)	(299)	(67)
	-	-
<b>2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> (inclui valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	<b>629.716</b>	<b>810.008</b>
2.1) Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	610.249	802.714
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	10.634	10.034
2.3) Custo c/ Rede de Gasodutos	3.643	4.165
2.4) Perdas de Gás	5.190	(6.905)
<b>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>186.757</b>	<b>118.676</b>
<b>4 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>25.712</b>	<b>23.770</b>
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	25.712	23.770
<b>5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3-4)</b>	<b>161.045</b>	<b>94.906</b>
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>19.739</b>	<b>20.057</b>
6.1) Receitas Financeiras	19.739	20.057
6.2) Outras Receitas	-	-
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>180.784</b>	<b>114.963</b>
<b>8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>180.784</b>	<b>114.963</b>
8.1) Pessoal	19.989	17.437
8.1.1 - Remuneração Direta	15.675	13.675
8.1.2 - Benefícios	3.375	2.930
8.1.3 - F.G.T.S	939	832
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	62.278	25.358
8.2.1 - Federais	58.779	22.031
8.2.2 - Estaduais	2.800	2.229
8.2.3 - Municipais	699	1.098
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	8.392	9.252
8.3.1 - Juros	1.299	2.770
8.3.2 - Aluguéis	430	467
8.3.3 - Outras	6.663	6.015
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	90.125	62.916
8.4.1 - Juros Sobre o Capital Próprio	15.806	14.228
8.4.2 - Dividendos	57.296	34.423
8.4.3 - Lucros Retidos	17.023	14.265
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	-	-

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DocuSigned by:  
  
 Miguel Antonio Cedraz Nery  
 Diretor-Presidente

DocuSigned by:  
  
 Gustavo Souza Costa  
 Diretor Técnico e Comercial

DocuSigned by:  
  
 Leandro Petsold dos Santos Araújo  
 Diretor Administrativo e Financeiro

DocuSigned by:  
  
 Mardônio Barbosa da Silva  
 Contador CRC-CE 19.178/O-8

## Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS

### Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, ou de outra forma quando indicado)

#### NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 18 de outubro de 1993, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, doravante denominada “Companhia”, é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual n.º 12.010 de 05 de outubro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado do Ceará.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Ceará, conforme contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 1993.

#### NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

#### NOTA 3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### NOTA 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas estimadas no recebimento de créditos (Nota 8), a provisão para contingências (Nota 21), *impairment* (Nota 5), tributos diferidos (Nota 10 e Nota 29) e arrendamento (Nota 15). Os resultados dessas transações e informações, quando de sua realização em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

#### NOTA 5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

##### a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DS  
GSC

DS  
LPSA

DS  
MBDS

DS  
MACN

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido e de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

b) APLICAÇÃO FINANCEIRA

Incluem aplicações financeiras de curto prazo de média liquidez, cujos vencimentos originais são superiores a três meses, sendo, após este prazo de carência, mantidas para negociação pela Companhia.

c) CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERDAS ESTIMADAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

São registradas no balanço pelo valor nominal os títulos representativos de créditos, sendo classificadas no ativo circulante e não circulante.

A perda estimada no recebimento de créditos é calculada por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Para tanto, aplica-se os critérios de análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, de análise técnica pormenorizadas dos títulos e de análise de mercado, conforme NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros).

d) ESTOQUE

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação na manutenção de sua rede de distribuição e equipamentos, refletindo o plano de negócios da Companhia para os exercícios seguintes. A Companhia mantém também estoque de gás natural, que representa o volume de gás armazenado na tubulação após as operações de compra e venda de gás no período. Ambos os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado.

e) CONTRATO DE CONCESSÃO

Foi observada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), correspondente à ITG 01 (R1), que orienta as empresas Concessionárias de Serviços Públicos a registrarem o direito de exploração relacionado ao contrato de concessão em suas demonstrações financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

Nos termos do contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviços para o poder concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta



própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o NBC TG 47.

A construção da infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.

Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido. Ao final do período da concessão, especificamente nos últimos 10 (dez) anos, quando não será mais possível a recuperação dos investimentos via tarifa, a concessionária registrará, como ativo financeiro a ser indenizável pelo poder concedente, os valores residuais de investimentos realizados na construção da infraestrutura.

#### f) ATIVOS INTANGÍVEIS

Para os Ativos Intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R4), a qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, a qual é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada equivalente.

Em atendimento ao ICPC 01 (R1), o Intangível decorre do Contrato de Concessão, e o seu montante é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura e aquisição de bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, conforme divulgado na Nota 16. A taxa para a amortização do Intangível é estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, que estabelece o prazo de 10 (dez) anos, estando, portanto, o método da amortização fundamentado no item 98B da NBC TG 04 (R4), que estabelece a possibilidade da Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

As amortizações dos itens que compõem o Intangível foram calculadas pelo método linear, e taxas anuais descritas na Nota 16.

#### g) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) – (*Impairment*)

Para o VRA, foi observada a NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que poderá ser revertida. Não identificamos evidências de perda no valor recuperável dos ativos da Companhia.

#### h) SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Para as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observada a NBC TG 07 (R2), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental.

Considerando o disposto na referida NBC TG, a Companhia registrou, diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência, os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas.

i) **TRIBUTOS**

A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro real à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, conforme legislação em vigor. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

Além dos tributos normalmente incidentes sobre o lucro do período, foram reconhecidos no resultado os efeitos das diferenças temporais entre o regime contábil da apropriação de receitas e despesas e o seu regime tributário, de acordo com a NBC TG 32 (R4).

O ICMS é calculado mediante aplicação da alíquota de 18% calculada sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal. No entanto, conforme definia a legislação estadual, as operações de aquisição de gás natural foram tributadas por substituição tributária até 08/2022 e os supridores efetuavam o cálculo e recolhimento do tributo considerando as margens de valor agregado estabelecidas no Decreto 24.569/1997. A partir de 09/2022, tendo em vista a aplicação do Decreto 34.881/22, a CEGÁS passou a ser responsável pelo ICMS normal e ICMS substituição tributária para o gás natural no Estado do Ceará.

j) **JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, a Companhia contabilizou juros sobre capital próprio como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, esses juros foram reclassificados de despesa financeira para lucros acumulados, não produzindo efeito no lucro líquido a não ser pelos impactos fiscais.

k) **DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS**

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R3), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

l) **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC**

Foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R3) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

m) **DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09, a qual é apresentada como informação financeira adicional e tem por finalidade evidenciar

as riquezas geradas pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas em determinado período.

#### n) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi observada a NBC TG 25 (R2), a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidá-la.

As provisões para passivos contingentes são constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com perspectiva de perda provável, assim como os depósitos relativos às contingências. Se classificadas como de perda possível, são evidenciadas em nota explicativa. Quando a possibilidade de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Financeiras.

#### o) AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)

Para o Ajuste a Valor Presente, foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes.

#### p) RECEITAS

Para a Receita, foi aplicada a NBC TG 47 que estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

O princípio fundamental da NBC TG 47 (IFRS 15) consiste em a entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a CEGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado;
- Prestação de serviços de movimentação de gás de autoprodutor; e
- Receitas de Construção.

A Companhia avaliou as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entende que elas representam obrigações de desempenho distintas, as quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado.

Quanto às Receitas de Construção, a orientação OCPC 05 (CTG 05) – Contratos de Concessão – determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas de construção. Perante o Poder Concedente, essas receitas são reconhecidas na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer margem de lucro.

#### q) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e outros passivos financeiros.

A Companhia reverte o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia reverte o reconhecimento de um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

DS  
GSC

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

DS  
LPSA

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e crédito de gás. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

DS  
MBDS

#### r) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

DS  
MACN

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou de participação nos lucros, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou

construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

#### s) ARRENDAMENTOS

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o benefício econômico de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na qualidade de arrendatária, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Nesse contexto, a CEGÁS reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento.

Em consonância com a NBC TG 06 (R3), são avaliados os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamento, considerando a essência econômica ao invés da forma jurídica, a materialidade e o prazo do contrato para determinar se haverá o seu reconhecimento. A CEGÁS optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2023	2022
Caixa			4	4
Bancos			142	144
<b>TOTAL DE CAIXA E BANCOS</b>			<b>146</b>	<b>148</b>
Aplicações Financeiras				
Banco do Brasil	FUNDO BB	77,08% do CDI	189	2
Banco do Nordeste	CDB	100,75% a 101% CDI	16.658	39.414
Banco Safra	BOX-DI	95% a 104,5% CDI	50.605	-
Caixa Econ. Federal	CDB e FUNDO CEF	92% a 101,5% do CDI	28.424	43.653
Bradesco	Debêntures	101% do CDI	-	1.626
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>95.876</b>	<b>84.695</b>
<b>TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			<b>96.022</b>	<b>84.843</b>

## NOTA 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Abaixo, demonstramos as aplicações de curto prazo:

DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2023	2022
<b>Aplicações Financeiras Circulante</b>				
Banco Safra	BOX	102,0% a 104,0% do CDI	52.702	52.611
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS (a)</b>			<b>52.702</b>	<b>52.611</b>

Esta rubrica registra as aplicações financeiras de curto prazo cuja data de liquidez pactuada entre a companhia e as instituições financeiras é superior a três meses e inferior a 12 meses. Em decorrência de contrato celebrado pela Shell Energy do Brasil Gás Ltda e a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, foi firmado, junto ao Banco Safra S/A, um Contrato de Fiança para emissão de “Carta de Fiança” à beneficiária Shell Energy do Brasil Gás Ltda. Nesse sentido, o Banco Safra solicitou uma garantia complementar na forma de uma aplicação financeira sem liquidez imediata.

## NOTA 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A Companhia, seguindo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG N° 05 (R3), segregou da rubrica “contas a receber de clientes” os montantes obtidos com partes relacionadas.

A Companhia também realizou análise dos valores objeto de ações de cobrança judicial e reclassificou para o Não-Circulante os montantes cujas expectativas de recebimentos ultrapassam o exercício social.

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2023	2022
Contas a Receber de Clientes	33.039	61.930
(-) Perda c/ devedores duvidosos	(37)	(37)
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>33.002</b>	<b>61.893</b>
<b>Contas a Receber com Partes Relacionadas</b>	<b>76</b>	<b>-</b>

DS  
GSC

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2023	2022
Contas a Receber de Clientes	25.596	25.339
(-) Perda c/ devedores duvidosos	(2.723)	(2.425)
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>22.873</b>	<b>22.914</b>
<b>Contas a Receber com Partes Relacionadas</b>	<b>39</b>	<b>-</b>

DS  
LPSA

QUADRO MOVIMENTAÇÃO PERDA DEVEDORES DUVIDOSOS – CIRCULANTE			
Saldo em 2022	Adição	Baixa	Saldo em 2023
(37)	(21)	21	(37)

DS  
MBDS

QUADRO MOVIMENTAÇÃO PERDA DEVEDORES DUVIDOSOS – NÃO CIRCULANTE			
Saldo em 2022	Adição	Baixa	Saldo em 2023
(2.425)	(298)	-	(2.723)

DS  
MAN

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. O prazo médio de recebimento das vendas é de 16 (dezesesseis) dias.

As Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos foram constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela administração, como: análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, análise técnica pormenorizadas dos títulos e análise de mercado, excluindo-se as antecipações contratuais restituíveis (penalidades) refletidas como adiantamentos de clientes no passivo.

As partes relacionadas mencionadas nesta nota explicativa compreendem montantes a receber de hospitais, universidades e secretarias vinculadas ao Estado do Ceará.

Em dezembro de 2023 e 2022, as contas a receber por data de vencimento, desdobradas em venda de gás e penalidades, estavam assim representadas:

DESCRIÇÃO – Venda de gás	2023	2022
A vencer	28.458	26.617
Vencidas em até 30 dias	1.792	2.133
Vencidas entre 31 e 365 dias	221	70
Vencidas há mais de 365 dias	1.337	1.289
<b>Subtotal</b>	<b>31.808</b>	<b>30.109</b>

DESCRIÇÃO – Penalidades	2023	2022
A vencer	2.555	32.884
Vencidas em até 30 dias	15	-
Vencidas entre 31 e 365 dias	75	226
Vencidas há mais de 365 dias	24.298	24.050
<b>Subtotal</b>	<b>26.942</b>	<b>57.160</b>

## NOTA 9. ESTOQUE

A Companhia registra o estoque de gás natural decorrente do armazenamento do produto em sua rede de distribuição canalizada. Em dezembro de 2023, a capacidade instalada foi de 67.629 m<sup>3</sup>, a capacidade utilizada de terceiros foi de 31.485 m<sup>3</sup> e o custo de aquisição do gás foi de R\$ 2,4272/m<sup>3</sup>. Em dezembro de 2022, o valor apurado corresponde a capacidade instalada em sua malha de gasodutos que é de 76.884 m<sup>3</sup>, multiplicado pelo custo de aquisição do Gás que é de R\$ 2,6015/m<sup>3</sup>. Os demais estoques referem-se a materiais de uso e consumo e a peças para manutenção.

ESTOQUES	2023	2022
Estoque de Gás Natural	200	200
Estoque de Materiais para Uso e Consumo	734	833
Estoque de Peças para Manutenção	647	699
<b>TOTAL</b>	<b>1.581</b>	<b>1.732</b>



## NOTA 10. TRIBUTOS A RECUPERAR E TRIBUTOS DIFERIDOS

Os impostos a compensar estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2023	2022
Saldo negativo de IRPJ	1.690	3.265
IRRF a Recuperar	70	50
IRRF sobre aplicações financeiras	641	2.067
IRPJ Pago a Maior	1	3.557
CSLL Pago a Maior	444	2.753
CSLL retido	-	2
PIS a recuperar	694	2
COFINS a recuperar	3.196	-
PIS e COFINS – Arrendamento IRFS 16 (CPC 06) (1)	2.015	2.136
INSS (2)	137	137
ICMS a recuperar	5.727	118
ISS a recuperar	1	1
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>14.616</b>	<b>14.088</b>

DESCRIÇÃO - NÃO CIRCULANTE	2023	2022
IRPJ e CSLL Diferidos (3)	-	4.492
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>4.492</b>

(1) A Companhia realizou o reconhecimento do arrendamento da Sede conforme descrito na Nota 15 e contabilizou o crédito de PIS e COFINS até o final do contrato em contrapartida ao lançamento do arrendamento no Ativo Imobilizado, estando este último líquido.

(2) A CEGÁS, autora de uma ação judicial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, foi vitoriosa no processo em que houve o pleito da compensação de contribuições previdenciárias sobre a remuneração paga a diretores não empregados. A Companhia aguarda a habilitação do crédito, junto à Receita Federal do Brasil, para realizar a devida compensação.

(3) O IRPJ e CSLL Diferidos referem-se à constituição de ativo fiscal oriundo de diferenças temporárias dedutíveis, apurados com base nos passivos contingentes conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro. Devido a reversão da ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza descrito na nota explicativa nº 21, houve a respectiva baixa do IRPJ e CSLL diferidos.

## NOTA 11. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás referem-se à aplicação de cláusulas constantes nos contratos de suprimentos da Companhia, que garantem à CEGÁS o recebimento de gás decorrente do adiantamento de valores ao Supridor correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta de fornecedores, à medida que os volumes de gás são retirados do supridor, ou levando para



o resultado como despesa de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

Como os valores adiantados ao supridor confere o direito à Companhia constituído quando do adiantamento, de retirar os correspondentes volumes de gás, estes montantes são atualizados pela variação do preço do gás no momento da retirada.

A composição da Conta Créditos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme a seguir:

DESCRIÇÃO – ATIVO CIRCULANTE	2023	2022
Contratos de Suprimento ex-térmico (i)	4.748	56
Demais Adiantamentos	506	50
<b>TOTAIS</b>	<b>5.254</b>	<b>106</b>

DESCRIÇÃO – ATIVO NÃO CIRCULANTE	2023	2022
Contratos de Suprimento ex-térmico (i)	6.241	-
<b>TOTAIS</b>	<b>6.241</b>	<b>-</b>

(i) Os valores registrados nestas rubricas referem-se a contratos de suprimento de gás em geral (ex-térmico). Em 2023, havia saldo de R\$ 1.448 relativo a cartas de crédito emitidas pelo supridor Petrobras e R\$ 604 emitidas pela Shell e que serão utilizadas em operações futuras junto aos referidos supridores. Além disso, havia montantes de R\$ 1.255 e R\$ 7.682 decorrentes de cláusulas *Take or Pay* recuperáveis junto aos supridores Petroreconcavo e Petrobras, respectivamente.

## NOTA 12. DESPESAS ANTECIPADAS

A Companhia registrou nessa rubrica pagamentos pertinentes a custos e despesas que se referem a períodos de competência subsequentes, apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. O quadro a seguir evidencia os principais tipos de despesas antecipadas:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Seguros dos Gasodutos	183	387
Seguro dos Veículos	5	1
Licença de Software	2	241
Demais Despesas Antecipadas	279	85
<b>TOTAIS</b>	<b>469</b>	<b>714</b>

DS  
GSC

DS  
LPSA

DS  
MBDS

DS  
MACN

### NOTA 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos dos depósitos judiciais estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2023	2022
Prefeitura Municipal de Fortaleza (1)	14.192	13.217
Ação Trabalhista – Depósitos Recursais	23	33
Depósitos Judiciais Cíveis	158	158
IRPJ Depósito Judicial (2)	-	761
<b>TOTAIS</b>	<b>14.373</b>	<b>14.169</b>

(1) O valor de R\$ 14.192 refere-se aos recolhimentos dos depósitos judiciais decorrentes de uma ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF onde se questiona a cobrança de valores devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, determinadas pela Lei nº 8.744/2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

(2) O depósito judicial, no valor de R\$ 761, refere-se ao processo em que a CEGÁS declara a inexistência de crédito tributário, pleiteando a autora (Fazenda Nacional) a anulação de autuação realizada por conta da não inclusão de depósitos judiciais na base de cálculo do IR e do Lucro da Exploração referente ao exercício de 2008. Em 03/2023, transitou em julgado a ação, a qual teve decisão favorável a CEGÁS. O juízo proferiu despacho em 10/2023 com a determinação de que o depositário providenciasse a transferência dos valores depositados judicialmente à conta corrente da Companhia. Em relação à atualização monetária dos citados depósitos judiciais, enquanto se tinha a ação em andamento, tal valor se enquadrava em ativo contingente e não era reconhecido nas demonstrações, uma vez que, segundo a norma contábil NBC TG 25 (R2), “os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado”. Porém, com o desfecho da ação favorável à Companhia, o ativo relacionado deixou de ser ativo contingente e a NBC TG 25 (R2) determina que seja reconhecido nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de situação, o que implicou na necessidade de reconhecimento na competência 10/2023. Assim, o valor de R\$ 307 foi reconhecido no resultado da CEGÁS como receita financeira em contrapartida do ativo Depósitos Judiciais. Vale destacar que, em outubro de 2023, o valor total de R\$ 1.068 (principal + atualização) foi transferido para o caixa da Companhia, conforme determinou o juízo.

DS  
GSC

DS  
LPSA

### NOTA 14. DEPÓSITO REINVESTIMENTO

A Companhia iniciou a partir do ano de 2017, a opção pelo Incentivo Fiscal de Reinvestimento do IRPJ, realizando depósitos mensais de 30% (trinta por cento) sobre o IR devido e 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios junto ao Banco do Nordeste do Brasil. O Reinvestimento beneficia as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Os recursos liberados devem ser incorporados ao capital

DS  
MBDS

DS  
MACN

da empresa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE.

A parcela incentivada referente ao depósito de reinvestimento correspondente ao ano base 2021 foi liberado pela SUDENE para incorporação ao capital social da companhia em 08/2023.

O quadro a seguir evidencia os valores dos depósitos de reinvestimento por competência, na posição de 31 de dezembro de 2023 e 2022:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Ano Base 2021	-	1.497
Ano Base 2022	2.450	2.345
Ano Base 2023	1.457	-
<b>TOTAIS</b>	<b>3.907</b>	<b>3.842</b>

## NOTA 15. IMOBILIZADO

Os valores reconhecidos no Imobilizado decorrem do Arrendamento, adequando-se ao NBC TG 06 (R3). Seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a depreciação do imobilizado tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. Vale destacar que tal bem não faz parte do contrato de concessão da Companhia, não configurando um Ativo Intangível. Logo, passou a ser classificado como Ativo Imobilizado, conforme definido pelo NBC TG 06 (R3). No quadro a seguir demonstra-se a composição atual da conta:

DESCRIÇÃO	2022				2023		
	Taxa	Custo	Depreciação(-)	Líquido	Custo	Depreciação(-)	Líquido
Arrendamento	6,25%	21.595	(8.795)	12.800	22.071	(11.085)	10.986
<b>TOTAIS</b>		<b>21.595</b>	<b>(8.795)</b>	<b>12.800</b>	<b>22.071</b>	<b>(11.085)</b>	<b>10.986</b>

No quadros abaixo apresenta-se a movimentação das contas ocorrida no exercício:

CUSTO	2021	Adição	Baixa/Rever.	Transf.	2022	Adição	Baixa/Rever.	Transf.	2023
Arrendamento	20.524	1.071	-	-	21.595	476	-	-	22.071
<b>TOTAIS</b>	<b>20.524</b>	<b>1.071</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.595</b>	<b>476</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.071</b>

DEPRECIAÇÃO	2021	Adição	Baixa/Rever.	Transf.	2022	Adição	Baixa/Rever.	Transf.	2023
Arrendamento	(6.566)	(2.229)	-	-	(8.795)	(2.290)	-	-	(11.085)
<b>TOTAIS</b>	<b>(6.566)</b>	<b>(2.037)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.795)</b>	<b>(2.290)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.085)</b>
<b>LÍQUIDO</b>	<b>13.958</b>	<b>(1.158)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.800</b>	<b>(1.814)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.986</b>

**NOTA 16. INTANGÍVEL**

Os valores reconhecidos no Intangível decorrem do Contrato de Concessão e o seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. No quadro abaixo demonstra-se a composição atual da conta Intangível:

DESCRIÇÃO	2022				2023		
	Taxa	Custo	Amortização (-)	Líquido	Custo	Amortização (-)	Líquido
Terrenos	10%	676	(676)	-	676	(676)	-
Edificações (Imóveis)	10%	3.551	(2.467)	1.084	3.551	(2.695)	856
Móveis/Utens.	10%	3.087	(1.674)	1.413	3.238	(1.948)	1.290
Veículos	10%	2.232	(1.738)	494	2.232	(1.868)	364
Equip. Proc. Dados	10%	5.922	(2.287)	3.635	9.746	(2.903)	6.843
Rede	10%	250.745	(139.442)	111.303	264.269	(159.712)	104.557
Máqui./Equip.	10%	5.888	(3.450)	2.438	5.951	(3.952)	1.999
Softwares	10%	12.637	(7.861)	4.776	12.829	(8.758)	4.071
Outros ativos	10%	745	(492)	253	2.257	(611)	1.646
Obras em andamento	10%	30.916	-	30.916	49.682	-	49.682
<b>TOTAIS</b>		<b>316.399</b>	<b>(160.087)</b>	<b>156.312</b>	<b>354.431</b>	<b>(183.123)</b>	<b>171.308</b>

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação das rubricas da conta Intangível ocorrida no exercício:

	CUSTO	2021	Adição	Baixa/Rever.	Transf	2022	Adição	Baixa/Rever.	Transf	2023
	Terrenos	676	-	-	-	676	-	-	-	676
DS	Edificações	2.821	730	-	-	3.551	-	-	-	3.551
GSC	Móveis/Utens.	2.679	408	-	-	3.087	153	(2)	-	3.238
	Veículos	2.232	-	-	-	2.232	-	-	-	2.232
	Proc. Dados	5.831	-	-	91	5.922	3.824	-	-	9.746
DS	Rede	223.943	-	-	26.802	250.745	3.480	(1.144)	11.188	264.270
LPSC	Máqui./Equip.	5.570	322	(4)	-	5.888	63	-	-	5.951
	Softwares	12.027	610	-	-	12.637	219	(28)	-	12.828
	Outros	745	-	-	-	745	-	-	1.512	2.257
DS	Obras andam.	34.453	23.869	-	(27.406)	30.916	30.793	799	(12.826)	49.682
MBDS	<b>TOTAIS</b>	<b>290.977</b>	<b>25.939</b>	<b>(4)</b>	<b>513</b>	<b>316.399</b>	<b>38.533</b>	<b>(375)</b>	<b>(126)</b>	<b>354.431</b>

DS  
MACN

AMORTIZ.	2021	Adição	Baixa/ Rever.	Transf .	2022	Adição	Baixa/ Rever.	Transf .	2023
Terrenos	(642)	(34)	-	-	(676)	-	-	-	(676)
Edificações	(2.171)	(296)	-	-	(2.467)	(227)	-	-	(2.694)
Móveis/Uten	(1.411)	(263)	-	-	(1.674)	(275)	2	-	(1.948)
Veículos	(1.603)	(135)	-	-	(1.738)	(130)	-	-	(1.868)
Proc. Dados	(1.762)	(525)	-	-	(2.287)	(616)	-	-	(2.903)
Rede	(121.292)	(18.744)	-	594	(139.442)	(20.709)	321	117	(159.712)
Máqui./Equip	(2.932)	(519)	-	1	(3.450)	(510)	9	-	(3.952)
Softwares	(6.901)	(960)	-	-	(7.861)	(911)	14	-	(8.758)
Outros	(413)	(79)	-	-	(492)	(119)	-	-	(611)
<b>TOTAIS</b>	<b>(139.127)</b>	<b>(21.555)</b>	<b>-</b>	<b>595</b>	<b>(160.087)</b>	<b>(23.499)</b>	<b>345</b>	<b>117</b>	<b>(183.123)</b>
<b>LÍQUIDO</b>	<b>151.850</b>	<b>4.384</b>	<b>(4)</b>	<b>82</b>	<b>156.312</b>	<b>15.034</b>	<b>(29)</b>	<b>(8)</b>	<b>171.308</b>

Em virtude da aplicação do ICPC 01 (R1), a taxa para a amortização dos itens que compõem o Intangível é a estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, o qual estabelece o prazo de 10 anos. O método da amortização está fundamentado no item 98B da Revisão N° 08/15 do Pronunciamento Técnico aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade de a Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

Ao se avaliar a orientação da norma NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, concluiu-se que não há evidências de perda no valor recuperável dos ativos da Companhia.

## NOTA 17. FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores é composto em sua maior parte pelas obrigações a pagar pela aquisição de gás natural, a rubrica "Outros" refere-se a aquisições de bens destinados à construção da rede de distribuição de gás e à aquisição de materiais e serviços para a gestão e manutenção da máquina administrativa da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Fornecedores de Gás Convencional	47.794	70.294
Fornecedores de Gás Renovável (GNR)	-	6.231
Demais Fornecedores de Bens e Serviços	6.749	8.413
<b>TOTAL</b>	<b>54.543</b>	<b>84.938</b>

Os valores constantes na rubrica "Outros" referem-se a fornecedores de menor valor que estão pulverizados, cujo pagamento, em geral, é realizado no mês seguinte ao reconhecimento da obrigação, conforme vencimento.

**NOTA 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
		2023	2022	2023	2022
Contrato Rede Térmica	2021	-	-	12.134	12.134
Arrendamento – IFRS 16	2027	1.418	1.231	16.495	17.363
<b>TOTAL</b>		<b>1.418</b>	<b>1.231</b>	<b>28.629</b>	<b>29.497</b>

O Contrato Rede Térmica refere-se ao financiamento obtido junto à Petrobras, pela construção e montagem da Estação de Medição e Regulagem de Pressão e do Gasoduto de Conexão, para atendimento ao cliente Termofortaleza, no valor principal de R\$ 4.896, a ser pago em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de janeiro de 2004. As parcelas estão corrigidas, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As parcelas serão cobradas pela Petrobras quando o gasoduto construído for regularizado junto à ANP – Agência Nacional de Petróleo. Em agosto de 2019, foi assinado um Termo de Encerramento de Pendências – TEP entre Petrobras e CEGÁS com o intuito de resolver pendências decorrentes do Contrato Rede Térmica supramencionado. Acordou-se entre as partes que a quitação do contrato se dará mediante o cumprimento de obrigações previstas no TEP, bem como do pagamento do valor de R\$ 12.134 atualizados pelo IGPM até o mês anterior à data do respectivo pagamento. Em dezembro de 2023, o impacto da atualização monetária no resultado seria de R\$ 9.195, que totalizaria um valor a pagar de R\$ 21.329. No entanto, conforme cláusula 5.1 do TEP, a eficácia do instrumento é condicionada ao adimplemento total do objeto do Termo de Compromisso decorrente do TEP celebrado entre as partes, qual seja, a conclusão, por parte da Petrobras, das adequações do Ponto de Entrega José de Alencar e a construção, a ser realizada pela CEGÁS, de Gasoduto de Distribuição para interligação do Ponto de Entrega José de Alencar à Usina Termofortaleza. Assim, o reconhecimento da atualização monetária prevista no instrumento será apropriado ao resultado na medida em que as obrigações acordadas entre as partes forem cumpridas. Segundo a Cláusula 10.1 do Termo Compromisso do TEP, o prazo para conclusão das obrigações é de até 24 meses, prorrogáveis por igual período, a contar da data de assinatura do citado documento.

 DS  
 GSC

A Companhia reconheceu o arrendamento referente a sede administrativa conforme descrito na Nota 15. Assim no início do arrendamento, a CEGÁS separou os pagamentos entre aluguel e demais elementos do contrato com base no seu valor justo relativo. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros do contrato de financiamento vigente no mercado (14,55% a.a.). A partir de 2021, o índice de reajuste passou a ser o IPCA.

 DS  
 LPSA

 DS  
 MBDS
**NOTA 19. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS**

Os valores registrados na conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos dos maiores clientes industriais que efetuaram à Companhia pagamentos a título de adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

 DS  
 MACN

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta contas a receber de cada cliente à medida que os volumes de gás são retirados pelos usuários ou levando para o resultado como receita de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás. O contrato com o cliente Termofortaleza estabelece que os valores adiantados correspondem a volumes de gás a serem retirados, o que implica em atualização pela variação do preço do gás no momento da retirada. Os demais valores, que estão atrelados a outras modalidades contratuais, são mantidos a valores nominais.

A conta também contempla os valores de Cauções de Clientes dado em garantia contratual. A composição da Conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2023	2022
Contr. de Clientes – Compromisso de retirada de gás (i)	10.637	5.939
Cauções de Clientes (ii)	3	90
<b>TOTAIS</b>	<b>10.640</b>	<b>6.029</b>

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2023	2022
Outros Adiantamentos – Cláusula Contratual (iii)	23.477	23.357
<b>TOTAIS</b>	<b>23.477</b>	<b>23.357</b>

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) adiantamento dos clientes de valores correspondente ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás;

ii) cauções de clientes para cobrir possíveis inadimplências no pagamento das faturas de gás;

iii) emissão de notas de débitos aplicadas a clientes em cumprimento ao disposto na cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás, que estão sendo objeto de ação judicial de cobrança ou cuja expectativa de desfecho se estende além do exercício social. Desta forma, foram transferidos para o Passivo Não Circulante estando composto da seguinte forma:

DS  
GSC

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2023	2022
Cliente do Segmento Automotivo	13.516	13.516
Cliente do Segmento Automotivo	8.532	8.534
Cliente do Segmento Industrial	1.068	852
Demais clientes	361	455
<b>TOTAL</b>	<b>23.477</b>	<b>23.357</b>

DS  
LPSA

## NOTA 20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

DS  
MBDS

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutária. Em 2023, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.758 relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração. Em 2022, a remuneração dos administradores foi de R\$ 1.819.

DS  
MACN



## NOTA 21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências registradas pela CEGÁS, com base na NBC TG 25 (R2) e parecer técnico da assessoria jurídica, que passaram do montante de R\$ 13.560 em 2022 para R\$ 335 em 2023, referem-se a demandas judiciais de natureza cível, administrativa, tributária e trabalhista em que a Companhia figura como Ré.

As provisões para contingências julgadas pela Companhia com risco de perda provável estão evidenciadas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2023	2022
Contingências Cíveis	-	266
<b>TOTAIS</b>	<b>-</b>	<b>266</b>

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2023	2022
Prefeitura Municipal de Fortaleza (1)	-	13.216
ARCE – Agência Reguladora do Ceará (2)	25	57
Contingências Trabalhistas	9	21
Contingências Cíveis	301	-
<b>TOTAIS</b>	<b>335</b>	<b>13.294</b>

(1) O valor de R\$ 13.216 corresponde à provisão para contingência fiscal, cobrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF correspondente às prestações determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, a qual instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza. Em 08/2023 foi revertida a provisão em decorrência da alteração de avaliação do risco de provável para remota por parte da Assessoria Jurídica da Companhia.

(2) O valor de R\$ 25 refere-se à provisão de penalidade imposta pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE.

DS  
GSC

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de vínculo empregatício e a verbas de natureza salarial.

DS  
LPSA

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO – CIRCULANTE		
DESCRIÇÃO	2023	2022
Saldo Inicial	266	237
Constituição de Provisão no Período	(266)	29
<b>SALDO FINAL</b>	<b>-</b>	<b>266</b>

DS  
MBDS

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO – NÃO CIRCULANTE		
DESCRIÇÃO	2023	2022
Saldo Inicial	13.294	12.306
Constituição de Provisão no Período	(12.959)	988
<b>SALDO FINAL</b>	<b>335</b>	<b>13.294</b>

DS  
MACN



Os passivos contingentes classificados, em 31 de dezembro de 2023, pela Assessoria Jurídica da Companhia como de perda possível e que não estão provisionados estão evidenciados no quadro a seguir:

Natureza	Valor da Causa
Trabalhista	938
Cível	26.576
Tributária	-
<b>SALDO FINAL</b>	<b>27.514</b>

## NOTA 22. DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO E DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202 e suas posteriores alterações. E o artigo 4º do Estatuto da Companhia determina o pagamento mínimo aos titulares de ações preferenciais no montante de 6% do capital social.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios nos anos de 2023 e de 2022, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte. Os dividendos adicionais propostos em dezembro de 2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

DIVIDENDOS PROPOSTOS	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	90.125	62.916
(-) Reserva Legal – 5% até o limite de 20% do capital	(2.060)	(3.115)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais – IRPJ	(14.963)	(11.150)
<b>(=) Dividendos propostos</b>	<b>73.102</b>	<b>48.651</b>
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(14.124)	(12.714)
(-) IRRF sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio	(1.682)	(1.514)
<b>(=) Total dos Dividendos a pagar (B)</b>	<b>57.296</b>	<b>34.423</b>

DIVIDENDO MÍNIMO EXIGIDO ESTATUTO SOCIAL	2023	2022
Capital Social de Ações Preferenciais	124.785	117.918
<b>Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (6%) (C)</b>	<b>7.487</b>	<b>7.075</b>

CÁLCULO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO LEI 6.404/76	2023	2022
<b>(=) Base de cálculo dos dividendos propostos</b>	<b>73.102</b>	<b>48.651</b>
<b>Dividendo Obrigatório (25%) (D)</b>	<b>18.275</b>	<b>12.163</b>
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(14.124)	(12.714)
<b>Dividendo mínimo (D + A)</b>	<b>4.151</b>	<b>(551)</b>
Dividendos mínimos Ações Preferenciais (E)	2.766	(367)
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	1.384	(184)

DIVIDENDOS MÍNIMOS EXIGIDOS	2023	2022
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (C)	7.487	7.075
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	1.384	(184)
<b>Total Dividendo Mínimo Exigido (G = C + F)</b>	<b>8.871</b>	<b>6.891</b>

<b>Dividendos adicionais propostos pela Administração a distribuir (B – G)</b>	<b>48.425</b>	<b>27.532</b>
--	---------------	---------------

### NOTA 23. CAPITAL SOCIAL

Em 09 de outubro de 2023, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária na COMMIT GÁS S.A onde ficou decidido que haveria Cisão Parcial da COMMIT com a versão da parcela cindida para uma nova companhia denominada NORGÁS S.A (NORGÁS), constituída pelos mesmos acionistas da COMMIT, ou seja, Compass Gás e Energia S.A e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Assim, em dezembro de 2023, o capital social estava composto de 39.400.000 ações sem valor nominal, sendo 13.133.334 ações ordinárias e 26.266.666 ações preferenciais, todas de classe única, de acordo com a distribuição a seguir:

ACIONISTAS	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Capital Votante (%)	Capital Total (%)
Estado do Ceará	7.633.048	3.816.524	58,12	29,06
NORGAS S.A	2.282.619	9.316.809	17,38	29,44
Mitsui Gás e Energia Ltda.	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
<b>TOTAIS</b>	<b>13.133.334</b>	<b>26.266.666</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

A 132ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2023 aprovou o aumento de capital, com a integralização de capital social no valor de R\$ 10.300, oriundo da Reserva de Incentivos Fiscais SUDENE constituída no exercício de 2022, referente ao Lucro da Exploração. O valor total da participação de cada sócio no capital social da Companhia, em dezembro de 2023 e 2022, está demonstrado no quadro a seguir:

ACIONISTAS	% Total de Ações		Vr. Ações Ordinárias (R\$)		Vr. Ações Preferenciais (R\$)		Vr. Total (R\$)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Estado do Ceará	29,06	29,06	36.262	34.267	18.131	17.133	54.393	51.400
COMMIT Gás S.A	-	29,44	-	10.247	-	41.826	-	52.073
NORGAS	29,44	-	10.844		44.261		55.105	
Mitsui Gás e Energia Ltda	41,50	41,50	15.286	14.445	62.392	58.959	77.678	73.404
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>62.392</b>	<b>58.959</b>	<b>124.785</b>	<b>117.918</b>	<b>187.177</b>	<b>176.877</b>

### NOTA 24. RECEITA LÍQUIDA – VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

A receita líquida por natureza está demonstrada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2023	2022
<b>Receita Bruta</b>	<b>805.955</b>	<b>919.886</b>
Venda de Gás	763.090	889.499
Prestação de Serviços	4.332	4.356
Receita de Construção	38.533	26.030
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(190.833)</b>	<b>(241.187)</b>
Tributos sobre vendas de gás (ICMS, PIS e COFINS)	(188.077)	(239.967)
Tributos sobre Prestação de Serviços (ISS ou ICMS, PIS e COFINS)	(1.108)	(1.165)
Devoluções/Abatimentos/Descontos	(1.648)	(55)
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>615.122</b>	<b>678.699</b>
Venda de Gás	573.365	648.694
Prestação de Serviços	3.224	3.975
Receita de Construção	38.533	26.030

Em relação aos tributos sobre vendas de gás, o Decreto nº 24.569/97, do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Fazenda, atribuía à Companhia a condição de sujeito passivo substituído nas operações de aquisição de gás natural até 08/2022.

No entanto, a partir de 09/2022, com a vigência do Decreto nº 34.881/2022, que alterou o Decreto nº 24.569/97, foi determinado à CEGÁS a responsabilidade pela apuração e recolhimento do ICMS Normal e Substituição Tributária. Dessa forma, para o gás destinado ao consumo final (segmentos industrial, residencial, comercial), a base de cálculo do ICMS passou a ser a tarifa praticada pela CEGÁS ao invés de uma base de cálculo estimada por uma MVA - Margem de Valor Agregado. Em relação ao segmento veicular, a CEGÁS passou à condição de substituta tributária, sendo responsável pelo recolhimento do ICMS Normal e Substituição Tributária. Quanto ao gás destinado para revenda, ainda se aplica o recolhimento do ICMS por MVA.

## NOTA 25. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados por natureza estão demonstrados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Custo de Aquisição do Gás Natural (1) (2)	(464.828)	(563.718)
Custo de Pessoal	(5.691)	(4.817)
Custo dos Serviços Prestados	(3.015)	(3.362)
Custo de Aquisição de Materiais	(806)	(1.060)
Custo de Amortização Operacional	(19.408)	(17.689)
Custo de Construção	(38.533)	(26.030)
Outros	(559)	(683)
<b>TOTAL</b>	<b>(532.840)</b>	<b>(617.359)</b>

(1) O custo de aquisição do gás natural foi diretamente impactado pela redução do Brent médio no mercado internacional em 2023, tendo a média de 99,03 pontos em 2022 e 82,25 pontos em 2023, o que representa uma redução de 16,94%. Vale ressaltar que

aproximadamente 84% do volume distribuído pela CEGÁS advém de contratos atrelados ao Brent. Outro fator de impacto no custo de 2023 foi a redução do volume de venda que no mercado ex-térmico foi 13% menor em relação a 2022.

(2) Outro fator relevante que refletiu no custo do gás de 2022 foi a cobrança de Encargo de Capacidade no montante de R\$ 32.281 que a Companhia entende ter sido cobrado, em parte, em duplicidade, sendo objeto de controvérsia. Para sanar o ocorrido está sendo pleiteado junto a ANP a devolução do montante de R\$ 24.383 pelos supridores à CEGÁS.

## NOTA 26. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas por natureza de gastos estão demonstradas no quadro abaixo:

DESPESAS POR NATUREZA	2023	2022
Despesa de Pessoal (1)	(17.833)	(15.586)
Despesas dos Serviços prestados	(6.467)	(6.365)
Despesas de Aquisição de Materiais	(132)	(89)
Despesas de Amortização Administrativa	(4.607)	(4.616)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.262)	(3.805)
Despesas Tributárias	(5.806)	(5.739)
<b>TOTAL</b>	<b>(39.107)</b>	<b>(36.200)</b>

(1) Aumento de despesas de pessoal ocasionado principalmente aos efeitos: i) do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado em 2023; ii) das Progressões funcionais por avaliação de desempenho; iii) da Reestruturação do quadro de pessoal; e iv) da maior Participação nos Lucros tendo em vista que o lucro de 2023 foi superior ao de 2022.

## NOTA 27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras Receitas Operacionais referem-se às penalidades originadas por aplicação de cláusulas contratuais com os clientes. As Outras Despesas Operacionais são penalidades concernentes ao contrato de compra e venda de gás com o supridor Petrobras e Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos. As Outras Receitas e Despesas estão discriminadas no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO – RECEITAS (A)	2023	2022
Penalidade de retirada de gás a maior e a menor	3.047	3.512
Penalidade de transporte de gás térmico ( <i>Ship or Pay</i> )	256.458	290.905
Penalidade de Falha de fornecimento	1.924	38
Multa Contratual	1.880	296
Receita capacidade de transporte	6.367	6.286
Reversão provisões contingências trabalhista/cíveis	46	-
Reversão provisões contingências fiscais (1)	13.785	-
Receita de <i>Take or Pay</i> térmico	20.978	23.486
Outras receitas operacionais (2)	3.125	1.444
<b>Total de Outras Receitas Operacionais (total A)</b>	<b>307.610</b>	<b>325.967</b>

DESCRIÇÃO – DESPESAS (B)	2023	2022
Penalidade de retirada a maior e a menor	(5.886)	(4.973)
Penalidade de transporte de gás térmico ( <i>Ship or pay</i> )	(256.940)	(290.905)
Despesa variação preço do Gás	(350)	(976)
Provisão créditos liquidação duvidosa	(319)	(179)
Provisão contingências trabalhistas	(3)	(13)
Provisão contingências cíveis	(35)	(29)
Perda alienação/baixa	(38)	(13)
<b>(-) Outras Despesas Operacionais (total B)</b>	<b>(263.571)</b>	<b>(297.088)</b>
<b>TOTAL (A+B)</b>	<b>44.039</b>	<b>28.879</b>

(1) Contém o montante de R\$ 13.216 corresponde à provisão para contingência fiscal, cobrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF correspondente às prestações determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, a qual instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza. Em 08/2023 foi revertida a provisão em decorrência da alteração de avaliação do risco de provável para remota por parte da Assessoria Jurídica da Companhia.

(2) Nos contratos com os grandes clientes há a previsão contratual de incidência de penalidades recuperáveis Take or Pay – TOP, o qual também prevê o prazo para recuperação dessa penalidade. Findo o prazo de recuperação, tais penalidades, que são controlados no passivo da Companhia, são reconhecidas como receita. Em 2023 o valor das “Outras receitas operacionais” foi de R\$ 3.125.

## NOTA 28. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO – Receitas Financeiras	2023	2022
Receitas de Aplicações Financeiras	17.396	18.424
Outras Receitas Financeiras	2.343	1.633
<b>TOTAL</b>	<b>19.739</b>	<b>20.057</b>

DESCRIÇÃO – Despesas Financeiras	2023	2022
Despesa Financeiras – Arrendamento	(1.098)	(1.138)
Outras Despesas Financeiras	(201)	(1.634)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.299)</b>	<b>(2.772)</b>

As Receitas Financeiras estão representadas por rendimentos de aplicações financeiras a taxas demonstradas nas Notas 6 e 7.

**NOTA 29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Processos Judiciais com Depósitos Integrais	(4.492)	331
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS</b>	<b>(4.492)</b>	<b>331</b>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

Efeito da CSLL	2023	2022
Lucro Antes da CSLL após reversão do JRCP	105.654	71.305
(-) Despesas JRCP	(15.806)	(14.228)
Lucro Antes da CSLL	89.848	57.077
<b>(+) Adição ao lucro real</b>	<b>4.632</b>	<b>4.989</b>
Depósitos Judiciais	570	975
Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica/ PRONAS	612	496
Despesa Financeira e Amortização IFRS 16	3.387	3.366
Outras	63	152
<b>(-) Exclusões</b>	<b>(15.964)</b>	<b>(2.008)</b>
Reversão de provisões não dedutíveis	(13.832)	-
Reversão de aluguéis IFRS 16	(2.132)	(2.008)
<b>Alíquota</b>	<b>9%</b>	<b>9%</b>
Contribuição social corrente	(7.066)	(5.405)
Contribuição social diferida	(1.189)	88
<b>TOTAL</b>	<b>(8.255)</b>	<b>(5.317)</b>

Efeito do IRPJ	2023	2022
Lucro Antes do IRPJ após a reversão do JRCP	105.654	71.305
(-) Despesas JRCP	(15.806)	(14.228)
Lucro Antes do IRPJ	89.848	57.077
<b>(+) Adição ao lucro real</b>	<b>4.751</b>	<b>4.989</b>
Depósitos Judiciais	570	975
Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica	612	496
Despesa Financeira e Amortização IFRS 16	3.387	3.366
Participação de administradores nos lucros	119	85
Outras	63	152
<b>(-) Exclusões</b>	<b>(15.964)</b>	<b>(2.008)</b>
Reversão de provisões não dedutíveis	(13.832)	-
Reversão de aluguéis IFRS 16	(2.132)	(2.008)
<b>Alíquota</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>
Imposto de renda corrente	(19.635)	(15.012)
Imposto de renda diferido	(3.303)	244
<b>TOTAL</b>	<b>(22.938)</b>	<b>(14.768)</b>

DS  
GSC

DS  
LPSA

DS  
MBDS

DS  
MACN

Conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro, foram constituídos no exercício os valores do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias dedutíveis existentes na data do balanço e, apurados com base nas provisões para riscos fiscais e passivos contingentes, sendo tais valores adicionados à base de cálculo do lucro real.

Os valores pagos correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão demonstrados no quadro a seguir:

	2023	2022
Imposto de Renda (IRPJ)	3.970	3.315
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	6.783	5.405
<b>Total</b>	<b>10.753</b>	<b>8.720</b>

### NOTA 30. RESERVAS DE LUCROS

A 132ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em julho de 2023 aprovou o aumento de capital, com a integralização de capital social no valor de R\$ 10.300, oriundo da Reserva de Incentivos Fiscais SUDENE constituída no exercício de 2022, referente ao Lucro da Exploração sem modificação da quantidade de ações existentes.

Assim, em dezembro de 2023, do total de R\$ 16.632 registrado na rubrica de Reserva de Incentivo Fiscal, o montante de R\$ 819 corresponde ao Reinvestimento de 2021, R\$ 849 ao Reinvestimento de 2022, R\$ 1.027 ao Reinvestimento de 2023 e R\$ 13.936 ao Lucro da Exploração 2023

A rubrica reserva de lucros abrange, além da reserva de incentivos fiscais, a reserva legal, que, no ano de 2023, foi constituída conforme Nota 22 e acumula saldo de R\$ 37.435.

Os valores de incentivos fiscais e reserva legal apurados estão demonstrados no quadro abaixo:

<b>RESERVA DE LUCROS</b>	2023	2022
Incentivos Fiscais SUDENE	16.632	11.969
Reserva Legal	37.435	35.375
<b>TOTAL</b>	<b>54.067</b>	<b>47.344</b>

### NOTA 31. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo, tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.



DESCRIÇÃO	2023	2022
Lucro Líquido atribuído ao acionista	90.125	62.916
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais (em milhares)	39.400	39.400
<b>Lucro/Ação</b>	<b>2,29</b>	<b>1,60</b>

### NOTA 32. PARTES RELACIONADAS

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados no quadro a seguir:

ANO	2023			2022		
Rubrica / Parte Relacionada	Estado do Ceará	NORGÁS	Mitsui Gás	Estado do Ceará	Commit Gás	Mitsui Gás
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Adiant. a Fornecedor	-	-	-	-	-	-
Contas a Pagar	-	-	-	-	-	23
Contas a Receber	115	-	-	79	-	-
Div. Mínimos (25%)	1.927	2.861	4.083	955	2.444	3.493

### NOTA 33. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens que compõem o ativo da concessão, por valores considerados pela Companhia suficientes para cobrir eventuais perdas.

DS  
GSC

Os valores correspondentes à garantia de cobertura de eventuais sinistros estão evidenciados no quadro:

DS  
LPSA

DESCRIÇÃO	2023	2022
Responsabilidade Civil	20.000	20.000
Riscos Nomeados (Incêndio)	212.407	212.407
<b>TOTAL</b>	<b>232.407</b>	<b>232.407</b>

DS  
MBDS

### NOTA 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

DS  
MACN

As transações financeiras efetuadas pela Companhia são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar, e financiamentos de cunho operacional. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.



## **Gerenciamento dos riscos financeiros**

A CEGÁS possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito (ii)
- Risco de Liquidez (iii)
- Risco de Mercado (iv)

### **(i) Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Auditoria Estatutária, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Comitê reporta periodicamente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pela Coordenadoria de Auditoria Interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria. Compondo ainda a estrutura de gerenciamento de risco, a Coordenadoria de Riscos e Conformidade é responsável por propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a Companhia, além de verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, aos normativos, às políticas e diretrizes internas e aos demais regulamentos aplicáveis.

DS  
GSC

### **(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

DS  
LPSA

A Companhia está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber em 31 de dezembro de 2023.

DS  
MBDS

A CEGÁS está exposta a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações

DS  
MACN

financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. As taxas foram baseadas na análise histórica de recebimento de créditos da Companhia, à análise técnica pormenorizadas dos títulos e à análise de mercado. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, aplicando-se o índice de provisão de perda sobre o valor dos créditos abertos por categoria. As penalidades contratuais recuperáveis e os créditos oriundos de operações com a térmica foram desconsideradas devido as particularidades e baixo risco desses tipos de operações. Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição de crédito nas contas a receber da Companhia em dezembro de 2023, utilizando-se de uma matriz de provisão.

Classificação dos créditos por data de vencimento	a vencer	Até 30 dias	Entre 30 e 365 dias	Maior que 365 dias
Valor total a receber	30.948	1.806	296	2.723
Índice de perda de crédito esperada	0,0074%	0,1277%	11,09%	100%
<b>Perda de crédito esperada</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>33</b>	<b>2.723</b>

### (iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, despesas operacionais e pagamentos de dividendos.

A abordagem da CEGÁS na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O quadro a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

DS  
GSC

DS  
LPSA

DS  
MBDS

DS  
MACN

2023	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores	54.543	54.543	-	-
Empréstimos e financiamentos	30.047	1.418	-	28.629
Outras contas a pagar	13.911	13.911	-	-
<b>Total</b>	<b>98.501</b>	<b>69.872</b>	<b>-</b>	<b>28.629</b>

2022	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores	84.938	84.938	-	-
Empréstimos e financiamentos	30.728	1.231	-	29.497
Outras contas a pagar	11.829	10.313	1.516	-
<b>Total</b>	<b>127.495</b>	<b>96.482</b>	<b>1.516</b>	<b>29.497</b>

### (iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Do total de aplicações financeiras da Companhia, o montante de R\$ 95.876 é de curto prazo e alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As demais aplicações financeiras, no montante de R\$ 52.702, não possuem liquidez imediata pois estão como garantia complementar conforme mencionado na Nota 7.

As aplicações financeiras são indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	2023	Risco	% a.a (a)	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativo Financeiro</b>							
Aplicações Financeiras (b)	148.578	CDI	12,84	16,06	4.771	19,27	9.542
					4.771		9.542

Instrumentos	2023	Risco	% a.a (a)	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativo Financeiro</b>							
Aplicações Financeiras (b)	148.578	CDI	12,84	9,63	(4.771)	6,42	(9.542)
					(4.771)		(9.542)

(a) Taxa de juros efetiva.

(b) Representam as aplicações financeiras de curto e longo prazo – Nota explicativa nº 6 e 7.



### 35. APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria Executiva da Companhia aprovou o envio das Demonstrações para os Auditores Independentes em 07 de fevereiro de 2024, aprovou e autorizou a divulgação das Demonstrações Financeiras em 06 de março de 2024.

DocuSigned by:

*Miguel Antonio Cedraz Nery*

37CBB121D5D64F5...

Miguel Antonio Cedraz Nery  
Diretor-Presidente

DocuSigned by:

*Gustav Souza Costa*

687B687F5662417...

Gustav Souza Costa  
Diretor Técnico e Comercial

DocuSigned by:

*Leandro Petsold dos Santos Araújo*

6E5C9CE948FF4E3...

Leandro Petsold dos Santos Araújo  
Diretor Administrativo e Financeiro

DocuSigned by:

*Mardônio Barbosa da Silva*

23208ABACBAE4B4...

Mardônio Barbosa da Silva  
Contador CRC-CE 019178/O-8